



CENTRO DE EXCELÊNCIA JEAN MONNET JEAN MONNET CENTRE OF EXCELLENCE

EM COLABORAÇÃO COM O CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS, NO ÂMBITO DE UM PROJETO (2021-2022) FINANCIADO PELO MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Sumário executivo

Portugal deve assumir um papel mais ativo na participação em missões de paz, não apenas no que toca ao número de missões em que participa e de Forças Nacionais Destacadas, mas também através das organizações que integra, seja ao nível da definição de mandatos ou da sensibilização para uma melhor coordenação destas organizações no terreno. A esta dimensão exógena, soma-se uma vertente endógena que evidencia a potencialidade da promoção da paz e da segurança internacional se assumir como uma verdadeira estratégia nacional. Para o efeito, importa articular de forma ponderada a opção por uma participação de qualidade no contexto de missões internacionais, com uma participação de quantidade sempre que tal se revele vantajoso para a concretização do interesse nacional, definido numa lógica de solidariedade e cooperação no âmbito da rede de alianças e organizações que o país integra. Por outro lado, torna-se essencial garantir uma clara articulação com os demais subsistemas de Defesa Nacional e outros setores da sociedade portuguesa, incluindo atores económicos privados, como empresas, bem como universidades, *think tanks* e centros de investigação, e outros organismos da sociedade civil, para superar as fragilidades nacionais nesta matéria, sobretudo ao nível do recrutamento e da modernização tecnológica, e aumentar o apoio à formulação e implementação de políticas públicas em matéria de defesa.

Missões Internacionais na promoção da paz e segurança: o caso de Portugal

Num contexto internacional marcado por desafios complexos e recentrado em dinâmicas de competição entre grandes potências, bem como em conflitos armados promovidos ou apoiados pelas mesmas, urge repensar o papel do multilateralismo no presente e no futuro das relações internacionais. Este *policy brief* visa contribuir para esta reflexão através da análise do contributo das missões internacionais para a promoção da paz e da segurança, destacando o caso português. O objetivo é analisar o tipo de paz e de segurança que tem sido promovido através de missões internacionais, assim como as possibilidades e limites deste



REPÚBLICA
PORTUGUESA
DEFESA NACIONAL



CES
Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra

FCT

Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DE
COIMBRA



FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DE
COIMBRA



FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DE
COIMBRA



UNIVERSIDADE DE
COIMBRA



With the support of the
Erasmus+ Programme
of the European Union

instrumento. O caso português apresenta um enorme potencial para se debater os processos, objetivos, prioridades e estratégias que têm marcado a participação nacional nestas missões, desde os anos 1990, mas também os constrangimentos, oportunidades e necessidades que se colocam nesta dimensão. Este debate permite ainda enquadrar como da participação de Portugal em missões internacionais se têm gerado dividendos e lições aprendidas relevantes para o interesse nacional e para a produção de segurança internacional.

Na atualidade, a promoção da paz no plano internacional estrutura-se em torno do complexo triângulo que conjuga as Forças Armadas, a ajuda humanitária e o apoio ao desenvolvimento, com a gestão civil de crises. Enquanto primeiro pilar da construção da paz, e com vista à promoção de uma paz sustentável, cabe às Forças Armadas um esforço de estreita e coerente organização com os planos da assistência humanitária, apoio ao desenvolvimento e gestão civil de crises. No entanto, o que se verifica na prática é que esta coordenação nem sempre é eficientemente conseguida, havendo ampla margem de melhoria, sobretudo ao nível das organizações, que tendem a solicitar aos países contributos para os distintos níveis de atuação sem que exista uma articulação ponderada e eficaz das valências e especialização destes mesmos países. Neste sentido, os decisores políticos nacionais, bem como as Forças Armadas, partem de um patamar que não é o ideal para garantir uma efetiva e sustentável promoção da paz. Soma-se a esta aparente descoordenação a imprevisibilidade do que se vai encontrar no terreno e que, independentemente dos diferentes contributos prestados pelas Forças Armadas, desde as operações especiais ao treino e à capacitação nas mais diversas áreas, impactam de forma significativa naquela que é a avaliação do que deve ser paz sustentável em diferentes cenários. Neste contexto, Portugal deve, no contexto das organizações de que faz parte, procurar garantir uma resposta internacional integrada e coerente com objetivos de construção da paz internacional. É neste contexto que se formulam algumas recomendações para melhor pensar o posicionamento e contributo de Portugal nesta matéria onde persistem tantos desafios.

Recomendações

- Procurar ativamente, enquanto promotor de paz, a resolução de questões estruturais que colocam obstáculos e limitam a capacidade de as missões internacionais contribuírem para uma paz sustentável. Neste sentido, Portugal deve, sempre que possível, ser mais ativo num trabalho permanente de sensibilização das organizações internacionais que integra para a necessidade de maior coordenação dentro e entre as mesmas, mas também procurar influenciar a definição dos mandatos por forma a mais claramente facilitar a construção de uma paz sustentável no terreno.
- Envolver-se. Ainda que Portugal tenha vindo a afirmar o seu *smart power* ao longo dos últimos anos, gerindo estrategicamente elementos de *hard power* e *soft power* para potenciar a sua projeção de poder e influência internacional, bem como a sua capacidade de contribuir para a construção da paz, os benefícios desta opção político-estratégica



dependem da capacidade do país garantir que consegue ter uma participação de qualidade nas missões internacionais. Para o efeito, torna-se necessário e urgente um significativo investimento tecnológico, numa lógica multissetorial, permitindo a Portugal acompanhar as exigências da agenda de segurança internacional, e desempenhar um papel diferenciador e de qualidade no contexto de missões internacionais.

- Criar medidas eficazes de recrutamento e retenção de ativos, seja por uma maior aposta na captação de novos recursos humanos, seja por uma revisão da carreira militar que permita uma maior competitividade face ao setor privado.
- Revestir as opções de investimento nas Forças Armadas de uma mais clara dimensão política e estratégica, por forma a potenciar uma participação de qualidade no contexto de missões internacionais e de resposta a fluxos de insegurança em rápida transformação.
- Tornar a promoção da paz e segurança internacional numa verdadeira estratégia nacional, garantindo o aproveitamento ativo de todos os subsistemas da Defesa Nacional para a mesma e da criação de sinergias de todos os sectores da sociedade, incluindo a indústria, as empresas de serviços, o sector tecnológico, as universidades, e outros organismos da sociedade civil. Desta forma, seria possível criar um ecossistema moldado pelo Estado, enquanto regulador e comprador, estruturado em torno de um entendimento das Forças Armadas como um elemento agregador na dinâmica política-economia-industrialização. Isto permitiria gerar retornos tão variados como o reforço da reputação e credibilidade internacional do país, a dinamização do seu tecido industrial, a criação de uma verdadeira montra tecnológica que integrasse o país no mercado internacional da segurança e defesa, a aposta na inovação e investigação, a criação de emprego e de condições para o crescimento económico sustentável do país.
- Apostar mais claramente na produção de conhecimento científico sobre a Política de Defesa Nacional, os subsistemas de Defesa Nacional e a forma como se articulam para potenciar o contributo de Portugal para a construção da paz e segurança internacional. Para o efeito, é essencial garantir o acesso público a dados estatísticos sobre a Defesa Nacional, recuperando a prática dos *Anuários Estatísticos de Defesa Nacional* e garantindo o tratamento de dados úteis para a sistematização de conhecimento relevante para uma maior visibilidade, apoio e escrutínio das políticas públicas de defesa.
- Garantir uma mais eficaz e regular comunicação com a opinião pública nacional, sobretudo junto da população mais jovem, mas também no plano institucional, com as organizações que Portugal integra, e junto das populações locais onde se implementam as missões de paz, estabelecendo um diálogo permanente e forjando sinergias que contribuam para o sucesso destas missões e, em última análise, para a promoção de uma paz sustentável.

* O apoio da Comissão Europeia, do Ministério da Defesa Nacional e da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) à produção desta publicação não constitui um aval do seu conteúdo, que reflete unicamente o ponto de vista dos autores, e nem a Comissão, nem o Ministério de Defesa Nacional ou a FCT podem ser considerados responsáveis por eventuais utilizações que possam ser feitas com as informações nela contidas.

